



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO - N.º 33/2019

RELATÓRIO FINAL

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos scanner para microfilme, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I Edital 33/2019, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 15h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 71/2019, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, os dois itens foram abertos para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que a licitante MS COMERCIO DE MAQUINAS E SERVICOS LTDA apresentou a melhor oferta para os itens 01 e 02, com o lance de R\$ 24.200,00 para ambos.

Aberta uma tentativa de negociação para redução do preço, conforme estabelece a Seção VIII do Edital, a licitante concordou em reduzir os preços para R\$ 24.000,00, sendo esse o valor final ACEITO pelo pregoeiro.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a solicitação de que a licitante enviasse, no prazo de 02 (duas) horas, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, os documentos exigidos na Seção X do Edital.

Encerrado o prazo concedido, verificou-se que a documentação foi encaminhada no prazo estabelecido.

Analisada a documentação, constatou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 188384/2019);



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 188389/2019);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da apresentação de registro de Consulta de Regularidade de Empregador (CRF) junto à Caixa Econômica Federal (documento 188393/2019);

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Para fins de regularidade fiscal, foram apresentadas (documento 188393/2019):

a) Consulta de Regularidade de Empregador (CRF);

b) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 24/02/2020;

c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 26/11/2019.

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, válida até 23/02/2020.

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 28/08/2019, válida por 30 dias (documento 188393/2019).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 188414/2019);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 188437/2019);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 188576/2019).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

A MS COMERCIO DE MAQUINAS E SERVICOS LTDA foi declarada a vencedora dos itens 01 e 02 do certame.

Finalizado o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação, sendo a sessão encerrada.

Os preços constantes das propostas foram registrados na Ata, que foi juntada ao processo através do documento nº 188715/2019.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.
De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, 11 de setembro de 2019.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro